

O papel desempenhado pelo jornal O Globo ao golpe de 64¹

Talita Souza MAGNOLO²

Aline Andrade PEREIRA³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo entender o posicionamento adotado pelo jornal O Globo durante a Ditadura Militar, em especial, nos dias que sucederam o golpe de 1964. Será feito um estudo panorâmico do contexto histórico dos anos que antecederam a tomada do poder pelos militares bem como um apanhado histórico de O Globo, suas principais características e posicionamento diante da realidade social e política da época para que seja possível a análise de quatro primeiras páginas do jornal, em que será possível compreender na prática os contextos e características que foram apresentados.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Jornalismo; O Globo; Posicionamento; Golpe militar.

INTRODUÇÃO

O artigo busca entender o papel desempenhado pelo jornal O Globo durante nos primeiros dias após o golpe civil-militar de 1964. O principal objetivo é compreender o discurso jornalístico que cercou os fatos que anteciparam e concretizaram o período ditatorial e o conseqüente apoio do jornal não só ao golpe, mas ao regime que se segue. Para isso, será estudado primeiramente, de maneira panorâmica, o contexto social, político e econômico em que se deu a derrubada do governo de João Goulart, bem como a história do jornal O Globo, desde sua concepção e sua trajetória nos anos da Ditadura Militar.

Este trabalho analisará os discursos proferidos através das primeiras páginas do jornal, e suas matérias dos dias 2, 3, 10 e 13 de abril de 1964. As capas foram selecionadas a partir de suas manchetes e também como mais relevantes, a fim de entender o posicionamento e o papel desempenhado pelo jornal na época do golpe. O entendimento do contexto histórico da época – isso inclui o estudo inicial sobre os primórdios do jornal O Globo – tornará possível traçar o discurso e o perfil do O Globo e o apoio dado ao golpe de 1964.

¹ Trabalho apresentado no DT 01 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 17 a 19 de junho de 2016.

² Mestranda de Comunicação na UFJF, e-mail: talita.magnolo@yahoo.com.br

³ Bolsista de Pós-Doutorado pelo PNPd-Capes, no PPGCOM-UFJF, e-mail: alinxpe@yahoo.com.br

A despeito de muitas iniciativas recentes em se esclarecer ainda mais a História do período – como a Comissão da Verdade – muitos documentos da época foram destruídos ou estão sob o carimbo do “segredo” de instituições governamentais. Essa lacuna faz com que a reconstrução da História seja através de jornais, reportagens de TV, revistas, documentários, narrativas ficcionais – como novelas e minisséries – e outras poucas produções que sobreviveram à censura da época. Em uma tentativa de definir a situação, Israel Sá (2012) diz que no Brasil “há uma produção da memória no discurso que figura entre o democrático (a possibilidade de dizer “tudo”) e o silêncio (que evidencia, neste caso, o dizer à margem) – onde o Brasil, os projetos de constituição de espaços de memória ainda são incipientes e de pouca visibilidade.”. Uma maneira de nos tornarmos testemunhas da história, é através da comunicação – que mantém a memória viva e possibilita que repensemos e resgatemos nossa própria História.

OS MILITARES NO PODER

A historiografia a respeito do golpe de 1964 é ampla e inclui diferentes perspectivas⁴, mas de maneira geral pode-se estabelecer o ano de 1961 como o início do processo que levou à queda de João Goulart. Eleito presidente em 1960, com João Goulart como seu vice, Jânio Quadros prometeu moralizar a política nacional e adotou medidas impopulares. Além disso, congelou os salários, restringiu créditos e desvalorizou a moeda (naquela época o “cruzeiro”) em 100%. Como uma das medidas mais descabidas, proibiu o uso de biquínis nas praias brasileiras (COSTA, 2015).

A renúncia de Jânio Quadros aconteceu dia 25 de agosto de 1961, em um episódio ainda pouco esclarecido na História recente. Jango assume o cargo de presidente, enfrentando muita resistência, pois era apontado como comunista em virtude de sua passagem pelo Ministério do Trabalho, no final do governo Vargas – naquela ocasião, Jango assinou vários decretos favorecendo a previdência e isso o fez ser visto como

⁴ Para maiores detalhes sobre algumas das principais interpretações ver Delgado (2004) que nos fornece quatro eixos de interpretação par ao golpe, a saber: 1) interpretações estruturalistas e funcionais: a explicação do golpe civil-militar estaria relacionada à ruptura da ordem política e a conflitos sociais e políticos decorrentes da mudança do padrão acumulativo de capital, que passara de agrário exportador para desenvolvimentista nacionalista; 2) autores que vêem o golpe como uma intervenção na ordem política visando brechar os movimentos populares e os programas governamentais reformistas que poderiam adotar um modelo distributivo ou até aprofundar a opção socialista; 3) aquela que conjuga as versões conspiratórias: autores que explicam o golpe pela aliança de diversos setores conservadores como a Igreja Católica (através da CNBB), a Escola Superior de Guerra, empresários, latifundiários, além de interesses internacionais que visavam defender a propriedade privada e seus pressupostos contra uma ameaça socialista; 4) versões que salientam as ideias de ação política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia.

ministro “peronista”, além da sua associação com o Partido Comunista Brasileiro (VILLA, 2014). A exigência para que Jango fosse empossado veio do Rio Grande do Sul – governado por Leonel Brizola, cunhado de Jango, que organiza a chamada “frente da legalidade”. A solução do impasse veio com a aprovação, pelo Congresso, do sistema parlamentarista com Jango empossado e um primeiro-ministro à frente do governo. Com o resultado deste “golpe frustrado”, como diz Aarão Reis, as direitas sentem-se ainda mais acuadas pelo governo de Jango e as esquerdas passam a viver uma “espécie de euforia” da vitória que, em 1964, lhe renderiam amargas conseqüências.

Em 1963 Jango recupera plenamente os poderes e os movimentos sociais intensificam-se por todo o país, reivindicando melhores condições de vida. As esquerdas, confiantes no sucesso obtido em 1961, passam de uma posição defensiva para uma posição ofensiva, acreditando que as reformas sairiam *na lei ou na marra*. As direitas, por sua vez, escaldadas com a derrota de 1961, passam a se organizar não só em partidos políticos mas também em associações supra-partidárias como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), setores da Igreja Católica (CNBB, por exemplo), parte de sindicatos de trabalhadores, de movimentos estudantis, dentre outros, formando um amplo movimento civil que clamava pelo que acreditavam ser a restituição da ordem e da moralidade perdidas.

Nesse contexto, os oficiais das Forças Armadas manifestavam cada vez mais inconformismo e inquietação, e a combinação de insatisfação civil e da revolta das bases militares foram fatores primordiais para a total instabilidade do governo. Sem conseguir apoio político que respaldasse suas propostas de reforma de base, Goulart também não teve sucesso com outras propostas, como por exemplo, nacionalização de empresas de setores considerados estratégicos, como energia elétrica, refino de petróleo e químico-farmacêutico e estender direito de voto a militares de patente mais baixa e analfabetos (COSTA, 2015).

Como consequência, no dia 20 de março de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco – Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro – expediu uma circular somente para os oficiais de sua Força, falando sobre os perigos do comunismo que rondavam o país. Uma semana depois, marinheiros e fuzileiros rebelaram-se no Rio de Janeiro e foram contidos pelos oficiais graduados da marinha que na época exigiram do presidente a punição aos que participaram do movimento – Jango recusou-se a fazê-lo. A insatisfação era grande e o golpe eminente. Militares pró-Jango tentaram ainda evitar que a notícia de sua queda se espalhasse e invadiram, no dia 31 de março, os jornais O Globo, a

Tribuna, o Diário de Notícias e o Jornal do Brasil, que apoiavam o golpe. O Globo, dias antes do golpe, publicou vários editoriais e reportagens dando conta da mobilização social contra o governo e dando voz aos militares insatisfeitos com Jango (COSTA, 2015).

Outro fator que não pode ser deixado de lado é o contexto internacional. Durante a Guerra Fria e a acirrada disputa entre URSS e EUA pelo controle geopolítico do mundo, dividido em áreas de influência, fez com que os EUA tivessem papel ativo na derrubada de todos os governos democráticos da América Latina. A operação ficou conhecida como Operação Brother Sam e forneceu ajuda logística da *Central Intelligence Agency* (CIA) e da Marinha aos militares brasileiros favoráveis ao golpe (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2016, meio digital).

Até o final de 1963, o Departamento de Estado sistematizou sua ingerência na situação interna brasileira para provocar a derrubada de Goulart. Segundo o embaixador Gordon, a preocupação norte-americana era que o “autoritarismo esquerdista” de Goulart pudesse provocar “um golpe mais radical” e provavelmente dirigido pelos comunistas contra Goulart. [...], esta perspectiva precipitou uma sucessão de ações de diplomacia e da inteligência norte-americanas dirigidas a acelerar e orientar a solução golpista (RAPOPORT; LAUFER, 2016, meio digital).

Como consequência, chegava ao poder, em 1964, o chefe do Exército, com o governo fortalecido pelo Ato Institucional nº1, Castello Branco, que dá início à Ditadura Militar no Brasil – o jornal O Globo publicou o AI-1 na íntegra, em sua primeira página, dando início a um governo de exceção, cuja validade era garantida por este instrumento, em detrimento ao que expressava a Constituição Federal. Os castelistas visavam um governo mais democrático, enquanto a ‘linha-dura’ – uma força de oposição ao novo regime – defendia o nacionalismo e sustentava a ideia de que para mudar o país era necessário um longo período de ditadura. Logo depois de tomar o poder, os militares dão início a investigações e prisões de membros da esquerda, jornalistas, estudantes, intelectuais ou qualquer outra pessoa que fosse considerada uma ameaça ao governo. A utilização dos meios de comunicação foi intensificada retratando “vitórias” do governo e também para exibição incessante de propagandas políticas nos jornais, rádio e televisão. Logo é organizado um esquema de censura e é criado o IMPs – Inquéritos Policiais-Militares – que identificavam pessoas contrárias ao governo. O mandato de Castelo Branco se encerrou em 1967 e neste mesmo ano o governo aprovou uma nova Constituição, condizente com o regime militar (PELLEGRINI; FERREIRA, 1998).

Castelo Branco foi categoricamente contra a indicação de Costa e Silva para sua sucessão, mas a escolha do presidente ficava a cargo do Congresso Nacional e, em 1967, o marechal Arthur da Costa e Silva assumiu a Presidência do Brasil. Seu governo foi marcado por intensos protestos e manifestações sociais – a UNE, por exemplo, organizou no Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil, após o assassinato do estudante Edson Luís em 1968. A guerrilha urbana era formada por jovens definidos como sendo idealistas de esquerda que assaltavam bancos e sequestravam embaixadores para obterem fundos para o movimento de oposição armada e exigir libertação de presos políticos (COSTA, 2015). A situação política agravou-se ainda mais com o tempo. O presidente Costa e Silva, então, convocou o Conselho de Segurança Nacional e, no dia 13 de dezembro de 1968, editou o Ato Institucional nº5, que lhe dava poderes para fechar o Parlamento, cassar políticos e institucionalizar a repressão (PELLEGRINI; FERREIRA, 1998).

Para evitar que a ação de vários órgãos fosse suscetível a tendências centrífugas que poderiam levar à duplicidade de tarefas, a competições e a conflitos na área operacional, e visando maximizar os resultados de suas ações, [...], foram criados os Centros de Operações de Defesa Interna, CODIs, que tinham como área de ação a jurisdição de cada Exército. Entidade composta por representantes de todas as forças militares, bem como da Polícia e do próprio governo, o CODI era fechado pelo chefe do Estado-Maior do comandante de cada um dos Exércitos. Entre suas funções, incluíam-se fazer o planejamento coordenado das medidas de defesa interna, inclusive as psicológicas, controlar e executar essas medidas, fazer a ligação com todos os órgãos de defesa interna, coordenar os meios a serem utilizados nas medidas de segurança (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 2016, meio digital).

O governo do marechal Emílio Garrastazu Médici – de outubro de 1969 a março de 1974 – que havia chefiado o Serviço Nacional de Informações (SNI), é considerado violento e repressivo ficando conhecido como “Anos de Chumbo”. Médici censurou jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística. O endurecimento contra os órgãos de comunicação, principalmente os veículos de comunicação de massa contribuiu para que muitos jornais da época, que inicialmente haviam apoiado a iniciativa do golpe contra Jango, revissem suas posições e passassem para o lado apostado, posicionando-se contra o regime de exceção (COSTA, 2015).

O presidente seguinte foi o general Ernesto Geisel, cujo governo marcou o início da abertura política no país, “lenta, gradual e irrestrita”, que durou 10 anos para ser efetivada. Ainda houve mais um general: João Baptista Figueiredo, que tomou posse em 1979, ano da queda do AI-5. Dando continuidade a abertura política, extinguiu Arena e

MDB, dando legitimidade à criação de novos partidos políticos (PELLEGRINI; FERREIRA, 1998). Em 15 de Janeiro de 1985, a chapa da Aliança Democrática venceu as eleições e Tancredo Neves foi eleito presidente da República – ele foi internado antes de ocupar o cargo e faleceu um mês depois. Quem ocupou o cargo da presidência foi seu vice, José Sarney. Durante o Governo Sarney, uma nova Constituição foi formulada e concluída em 1988 – o texto previa o fim da censura e proclamava o direito às liberdades civis da sociedade. Em 1989, a sociedade votou pela primeira vez após o fim do Regime Militar, elegendo como presidente Fernando Collor de Mello (VILLA, 2014).

A HISTÓRIA DO JORNAL O GLOBO

O jornal foi fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho cuja equipe era integrada por jornalistas renomados da época como Antônio Leal, Eloy Pontes, Euryclides de Mattos, Hebert Moses, entre outros. No entanto, Irineu faleceu 21 dias após a fundação do jornal. *O Globo* foi então herdado por seu filho Roberto Marinho, que trabalhava na empresa como repórter e secretário particular do pai. Na ocasião, Marinho ainda era muito jovem para assumir a direção do vespertino e preferiu deixar o comando nas mãos do jornalista Euclides de Matos, amigo de confiança de seu pai. Somente em 1931, assumiu o controle da empresa após a morte de Euclides. Na década de 50, o jornal atingiu a surpreendente marca de 100 mil exemplares e era apontado como o maior vespertino carioca. Além do jornal, as Organizações Globo já contavam com a emissora “Rádio Globo do Rio de Janeiro”, fundada em 1944, com foco no jornalismo (O GLOBO, 2016, meio digital).

Na primeira metade dos anos 1950, os brasileiros estavam divididos politicamente entre getulistas e antigetulistas e O Globo posicionou-se ao lado da camada mais conservadora da sociedade, conseqüentemente, contra o governo de Getúlio Vargas. O jornal evitava publicar notícias das realizações do governo e publicava críticas e aspectos negativos da gestão de Vargas – isso contribuiu para que Vargas auxiliasse Samuel Wainer a criar o jornal Última Hora, com recursos do Banco do Brasil e de algumas empresas privadas e o apoio explícito de Getúlio inflamou ainda mais a parcela da imprensa que se opunha ao governo. O Globo fez oposição direta ao governo de Vargas e suas manchetes o acusavam diariamente e mesmo com a percepção de sua parcialidade pelos leitores, o jornal não alterou seu posicionamento (COSTA, 2015).

Na eleição que se sucedeu em 1955, O Globo apoiou Juarez Távola e Milton Campos e criticou a candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart – o jornal chegou inclusive a publicar uma carta falsa do deputado argentino Antonio Brandi destinada a Jango, tentando provar a falsa intenção de implementar uma república sindicalista no Brasil. Mesmo sem o apoio do O Globo e de outros veículos de comunicação, JK e Goulart venceram as eleições de 3 de outubro de 1955. Em 1957, as Organizações Globo acabaram recebendo de JK a primeira concessão de um canal de TV, no Rio de Janeiro. A maioria da imprensa criticou a construção da nova capital federal e relacionava o fato com o aumento da inflação e transferências de recursos destinados à previdência social para as obras (BARBOSA, 2013).

Com a eleição de Jânio Quadros em 1961, o jornal se mostrou dividido, apoiando inicialmente sua candidatura, mas em seguida discordou de sua política externa. Na época de sua renúncia, O Globo publicou uma edição extra que falava sobre o ocorrido, apresentando uma cronologia da renúncia e informando que João Goulart (que estava em visita à China) já havia sido informado e estava voltando ao país. Inicialmente, o jornal foi tolerante com Goulart e inclusive ganhou sua segunda concessão de TV, a Globo de São Paulo. Meses depois seu posicionamento se tornou mais agressivo e com o intuito de tirá-lo do poder. Sua crítica incisiva era focada na instabilidade financeira que assolava o país. Entre 1961 e 1964, o país passou por um difícil período que teve três presidentes, cinco chefes de governo e seis ministros da Fazenda (BARBOSA, 2013).

Nos anos 1970, as Organizações Globo eram, na prática, a empresa de comunicação do regime. Vários pesquisadores afirmam que os governos militares não apenas investiram na expansão da sua rede, como também lhes concederam privilégios, como o de receber publicidade institucional. Quando se diz que Roberto Marinho foi beneficiado com a ditadura, as Organizações Globo defendem-se citando as concessões obtidas fora do governo militar e esquivando-se da facilidade que tinham em conseguir equipamentos importados, do êxito na expansão tecnológica de seus negócios e liderança alcançada no jornal, rádio e TV graças à vantagem que esses recursos (financeiros e tecnológicos) que lhes proporcionavam (COSTA, 2015, p.88).

O DISCURSO MILITAR

Para se analisar o posicionamento do jornal O Globo nos dias em que se concretizou o golpe militar – o foco do artigo são as capas dos dias 2, 3, 10 e 13 de abril de 64 – é preciso entender o conteúdo dos discursos dos militares. No âmbito político, tratava-

se de uma reação conservadora às ideias apresentadas pelo presidente João Goulart. Esse levante militar pregava a reação às reformas e era baseado na visão maniqueísta de Capitalismo x Comunismo. Alguns historiadores acreditam que o golpe foi uma reação das elites ideológicas repressivas, que não reconheciam se eram ou não legítimas as reivindicações de operários, camponeses, estudantes, soldados e praças (COSTA, 2015).

Na edição do Ato Institucional nº1, por exemplo, os militares justificaram que estavam tomando o poder e afirmaram que os efeitos serviriam para assegurar ao novo governo instituído, os meios indispensáveis para a reconstrução econômica, política e moral do Brasil, de modo direto e imediato e que “a revolução vitoriosa necessitava de se institucionalizar e se apressava pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispunha.”. É possível perceber a intenção de conduzir o pensamento em favor do golpe e também reconstruir a realidade. O discurso que foi apresentado pelos militares nos anos de ditadura concretizou-se muitas vezes como um discurso voltado para o autoelogio, à defesa da ideologia dos militares e com a finalidade específica de criar no receptor de sua mensagem a ideia de que a “revolução” era o único caminho a ser seguido (COSTA, 2014).

No texto do Preâmbulo⁵ do Ato Institucional nº1 – que seria citado nos demais Atos Institucionais – pode-se observar o discurso dos militares:

Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1964, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem, econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas (BRASIL, 2016, meio digital).

Este tipo de discurso foi muito frequente dentro das falas proferidas pelos presidentes do regime militar. Ele sempre enalteceu a “revolução” e ofereceu ao receptor da mensagem a ideia de que os militares eram defensores da pátria e dos valores tradicionais

⁵ O preâmbulo tem por finalidade retratar os principais objetivos do Texto Constitucional, enunciando os princípios constitucionais mais valiosos, assim como as ideias essenciais que alimentaram o processo de criação da Constituição. Invocando a metáfora de um livro, e comparando-o a uma Constituição, podemos dizer que o preâmbulo seria uma espécie de prefácio, já que explica a essência dos pontos centrais do Texto principal. Disponível em: <<http://gabrielmarques.jusbrasil.com.br/artigos/220538973/o-que-e-o-preambulo-da-constituicao>>. Acesso: 10 abr.2016.

como a família e ordem (COSTA, 2015). Outro forte discurso da época se fez presente nas propagandas institucionais dos governos que eram veiculadas através de meios impressos, rádio e televisão. A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) foi criada em 1968 e reunia profissionais de várias áreas como jornalistas, relações públicas, sociólogos e até mesmo psicólogos. A AERP era responsável por toda publicidade do governo militar e criação base de tudo que era veiculado. As campanhas eram divididas em cinco grupos de acordo com o objetivo a ser atingido: 1) apelo sentimental; 2) exaltação da união; 3) valorização; 4) campanhas educativas; 5) comemorativas de 1964 (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2016, meio digital).

Pragmaticamente, todas as formas de propaganda do regime militar serviam aos interesses do próprio regime, por conseguir promover a exaltação, por exemplo, das belezas naturais do país e de seu povo, sempre voltando para o espírito ufanista pregado pelo governo de então. E foi com base neste critério que foi criada e moldada a mais famosa frase utilizada durante o regime militar: “Brasil – Ame-o ou deixe-o” – foi utilizada com mais frequência durante o governo do general Médici (1969-1974), comum em faixas e adesivos que reproduziam o lema governamental. A frase deixa claro seu objetivo: o verbo ‘amar’ é apresentado com caráter de aceitação e a expressão ‘deixe-o’ adquire caráter de alerta para aqueles que não concordavam com o movimento de expurgação do comunismo do país (COSTA, 2015).

Outra prática adotada pelos governos militares foi o estímulo à produção de material jornalístico com objetivo de exaltar os feitos da administração federal. Diversos períodos e revistas de circulação nacional produziram reportagens que falavam em “avanço” e “progresso” – a reportagem intitulada “O norte amazônico: aqui vencemos a floresta”, publicada na revista Manchete em 1970, falava sobre construção da rodovia Transamazônica, é um bom exemplo dessa estratégia. A matéria apresentou uma relação conflitante entre o homem e a natureza, onde a natureza se tornou um empecilho do desenvolvimento. Sendo assim, era preciso vencer a florestas para integrar a região norte ao restante do país – “algo que interessava a todos os brasileiros” (COSTA, 2015).

Deve-se ressaltar, ainda, o uso feito da popularidade do futebol como “esporte nacional”, durante o governo Médici – que soube usar a seu favor o fato de o país ter conquistado o tricampeonato mundial de futebol, na Copa do Mundo de 1970 no México, com um time apontado como um dos melhores de todos os tempos. Foi a primeira vez que os jogos foram transmitidos ao vivo pela televisão que resulta de maneira rápida e eficaz em

um meio de comunicação de massa para divulgar a propaganda oficial do regime. O governo aproveitou o bom momento esportivo para disseminar sua estratégia de jogar a população contra aqueles a quem chamava de subversivos. Outro marco da época foi a música criada por Miguel Gustavo para incentivar a seleção naquele momento (RIBEIRO; SACRAMENTO; ROXO, 2010).

Noventa milhões em ação / Pra frente Brasil / Do meu coração / Todos juntos vamos / Pra frente Brasil / Salve a Seleção / De repente é aquela corrente pra frente / Parece que todo o Brasil deu a mão / Todos ligados na mesma emoção / Tudo é um só coração! / Todos juntos vamos / Pra frente Brasil, Brasil / Salve a Seleção (UOL, 2016, meio digital).

É possível identificar expressões e palavras usadas para exaltar o governo militar, sempre no sentido ufanista, enaltecendo o país e os brasileiros. Versos como “pra frente Brasil” e “parece que todo o Brasil deu a mão” são complementares a tudo que o governo militar queria disseminar naquele momento. Com a conquista do título, Médici recebeu os jogadores no Palácio do Planalto. Vários jornais cobriram o acontecimento, dentre eles, o jornal O Globo que na época corroborou com a ideia do uso da popularidade do esporte para o processo de humanização da imagem do presidente – em outras palavras, o fato de Médici ter recebido os jogadores e ter chorado ao abraçá-los, serviu para aproximá-lo do homem comum. Na edição do dia 24 de junho de 1970, a manchete divulgada pelo O Globo foi: “Vocês mostraram com muita garra e fibra o que é nosso grande país” – frase proferida por Médici e que foi reproduzida pelo jornal. Essas e outras inúmeras estratégias se fizeram muito presente durante todo período ditatorial e tiveram destaque em todas as mídias e meios de comunicação da época (COSTA, 2015).

APOIO NOS ANOS DE CHUMBO

O discurso de O Globo sempre tendeu para o lado conservador, seguindo também o tradicionalismo católico. Isso pode ser verificado no episódio da morte de Getúlio Vargas, em que valores nitidamente conservadores e de extrema direita são defendidos pelo jornal e apontados como sendo contrariados pelo presidente. O mesmo apoio dado àqueles que desejavam tirar Vargas do poder foi dado àqueles que tudo fizeram para tirar Goulart da Presidência – as justificativas giraram em torno do medo da comunização do país e isso pautou a postura do jornal e também a maneira como seus redatores e repórteres conduziam às matérias que eram publicadas (COSTA, 2015). Serão

analisadas, nesta parte, quatro primeiras páginas do jornal que foram publicadas logo após o golpe. Foram selecionados os dias 2, 3, 10 e 13 de abril de 1964 – os dias selecionados tiveram manchetes e matérias muito relevantes que ajudam a comprovar o posicionamento do jornal em relação ao que acontecia na época.

Pode-se perceber que O Globo apoiava uma reação conservadora às reformas políticas que João Goulart pretendia implementar, portanto, era natural que o jornal, juntamente com seu diretor-redator-chefe Roberto Marinho, demonstrasse apoio irrestrito aos militares que destituíram Jango da Presidência. No dia 2 de abril de 1964, a manchete diz: “Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida – Empossado Mazzilli na Presidência”. A linha acima do título principal deixa clara a intenção do jornal de exaltar o golpe militar e também atingir a figura do presidente deposto, dando ênfase ainda, a um possível ato de covardia quando usa a palavra “fugiu”. Todo texto dramático carrega consigo um peso que normalmente é definido pelas argumentações apresentadas e todos os recursos da retórica jornalística ajudam a induzir os leitores a sentirem diversos tipos e graus de comoção - principalmente em manchetes, títulos nos textos e até mesmo ilustrações, podendo ser também verbos carregados de significados, adjetivos para reforçar alguma ideia ou substantivos para impor significados (COSTA, 2015). Pode-se perceber essas estratégias no primeiro parágrafo: “Vive a Nação dias “gloriosos”. Porque souberam unir-se todos os “patriotas”, independentemente de vinculações políticas, [...], para salvar o que é “essencial”: a democracia, a lei e a ordem” (O GLOBO, 2016, meio digital).

O uso da palavra “salvar” tenta apresentar os militares como heróis e o tom discursivo utilizado pelo jornal é eufórico, repleto de heróis e vilões, em que a Nação se torna uma vítima indefesa que foi salva dos comunistas que ocupavam o governo federal pelas Forças Armadas. O processo de convencimento ganha forças quando o jornal lança mão da citação da própria constituição vigente, como forma de assinar em baixo dos fatos narrados.

[...], é possível afirmar que o discurso em apoio ao golpe militar, proferido no editorial publicado no dia 2 de abril de 1964, mostra a cara intenção de O Globo de atingir seu leitor pela emoção, intensificando a comoção da deposição de um presidente eleito enaltecendo os militares que depuseram aquele presidente, como forma de redimir a nação da suposta tentativa de levá-la rumo ao comunismo. Tal intenção é claramente expressa no trecho em que afirma – com o uso de adjetivos fortes: “Se os bandidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhe devem ouvidos.” (COSTA, 2015, p.104-105).

No dia 3 de abril a estratégia de O Globo se repete. O jornal tenta se reafirmar como defensor dos interesses da nação e do povo brasileiro dizendo que tanto O Globo como outros jornais da época tentaram alertar a opinião pública para o aceleramento do processo de comunicação e que se isso tivesse continuando pelo menos mais 30 dias, o processo enterraria toda e qualquer possibilidade de recuperação econômica, levando o país à anarquia e ao desespero. Ao analisar esta capa, Costa (2015) chama a atenção quando o jornal lança mão de recursos da oratória deliberativa e tenta reconstruir a realidade induzindo o leitor a chegar à conclusão desejada pelo próprio jornal, presente no seguinte trecho:

Para defender a democracia, preservar as instituições e continuar existindo, as Forças Armadas se encarregaram, com amplo apoio popular e político, de afastar do Governo aquele que não soubera aproveitar as esplêndidas oportunidades que lhe havia reservado o destino. A vitória do movimento, em tão poucas horas, com o mínimo de sacrifícios e praticamente sem derramamento de sangue, enche de entusiasmo os democratas, que se entregam a transportes de alegria (O GLOBO, 2016, meio digital).

A partir de uma visão maniqueísta, o jornal manifesta-se claramente através de adjetivos que imputam a Jango atitudes e intenção não comprovadas, mas que são concluídas quando o editorial diz que a principal missão da revolução era devolver ao país as condições de progresso e harmonia social que haviam desaparecido em face da orientação demagógica, desleal e subversiva do governo de Jango. Ainda ressalta que o objetivo primordial é impedir agitadores e comunistas de continuarem dispendo de possibilidades de influir na vida brasileira. E conclui dizendo que para esse objetivo ser atingido “é evidente que não basta o afastamento do Sr. João Goulart.”.

Míriam Parreira (2006) fala da importância da construção de argumentos e que eles têm como objetivo levar a uma conclusão que se realiza através do uso de recursos que servem para revelar a força de um argumento, conduzindo o leitor a aceitar o que é proposto. Ela ainda ressalta que para um autor de um texto, a argumentação é produzida pelo uso de recursos linguísticos que reforçam a veracidade dos enunciados que introduzem. O uso de recursos linguísticos é apenas um entre muitas outras estratégias usadas para reforçar a argumentação, como por exemplo, escolhas lexicais. Pode-se afirmar então que a utilização dos operadores argumentativos pelo O Globo em seus editoriais são uma prática sistemática do jornal com o intuito de aproximar a opinião pública de maneira favorável ao golpe militar e ao regime por ele instalado no país.

Essa mesma estratégia é aplicada no editorial do dia 10 de abril de 1964, às vésperas da confirmação do marechal Castelo Branco como o primeiro presidente do regime militar. A leitura da página permite concluir que toda ela é voltada para reforçar a ideia defendida pelo jornal, de que realmente houve uma revolução e não um golpe militar – e que essa medida era a mais indicada para assegurar a tranquilidade aos cidadãos brasileiros. Nem mesmo a edição do Ato Institucional nº1 é entendida como medida de exceção ou como prenúncio de um regime ditatorial. O AI-1 previa a decretação de Estado de Sítio, cassação de mandatos legislativos e suspensão da República sem aprovação do Congresso Nacional.

A primeira página da edição do dia 13 de abril foi voltada para a posse de Castelo Branco como presidente e também é possível observar novamente um discurso voltado para o convencimento do receptor da mensagem, na tentativa de angariar apoio popular ao golpe militar e ao regime que se implantava. A manchete dizia: “Castelo Branco a Mazzilli: ‘Que Deus e os homens me ajudem a dirigir vem o Brasil’”. Nota-se que o posicionamento conservador e católico é reafirmado, com o aproveitamento da frase do recém-empossado presidente. O jornal ainda se reafirma um observador privilegiado dos fatos apresentados e se coloca como intermediário entres seus leitores e os fatos narrados, com uma pequena matéria no meio da página cujo título diz: “O presidente saúda o povo por intermédio de O Globo”.

Costa (2015) diz que “O Globo assumiu, ao longo do regime de exceção, a defesa do governo imposto pelos militares. É de fácil percepção tal posicionamento, em especial quando se vê o editorial intitulado “Sem Pausas e Sem Parênteses”, que critica entrevista concedida por Leonel Brizola a outro jornal”. Neste editorial O Globo analisa uma matéria publicada por outro veículo de comunicação de massa e ainda se preocupa em desconstruir a imagem de Brizola, chamando-o de agitador e acusando o partidário de João Goulart de tentar fazer uma revolução comunista no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe uma discussão em torno do golpe de 1964 e do período ditatorial no Brasil, em especial, a cobertura do jornal O Globo durante os dias que sucederam a tomada de poder pelos militares. Este momento na nossa história tem sido estudado nos mais diversos campos do saber e, é até hoje, alvo de discussões e polêmicas. Com base nas pesquisas realizadas, conseguimos compreender a importância e entender

qual foi o papel desempenhado pelo O Globo durante anos que antecederam e sucederam o golpe militar. Foi feita uma análise do discurso jornalístico de quatro capas de O Globo – 2, 3, 10 e 13 de abril de 1964 – que comprovou o posicionamento do jornal perante o momento histórico da época, bem como o papel que assumiu de levar determinadas mensagens aos seus leitores, defendendo ferozmente uma revolução conservadora e apoio aos militares que assumiram o poder.

Tal análise foi possível graças ao estudo realizado do contexto histórico da época focado na relação entre política e meios de comunicação, onde pudemos observar a forte relação e participação que O Globo sempre teve se tratando de sucessões ao poder e até mesmo como chegou a interferir em resultados e percepções pela nação brasileira. Foi possível perceber esse envolvimento, inclusive, nos anos antes do golpe, aonde o jornal já vinha criando uma personalidade argumentativa e de indução aos seus leitores e depois foi resgatada indiscutivelmente nos anos de chumbo.

Pudemos observar que, nos anos 60, os governos de Jânio Quadros e João Goulart foram cercados diversas polêmicas políticas, econômicas e sociais e como todas essas questões eram tratadas pelo O Globo. A instabilidade brasileira fez crescer o inconformismo e inquietação por parte dos oficiais das Forças Armadas, juntamente com a insatisfação da sociedade civil e revolta das bases militares. A imprensa se manifestava e O Globo sempre foi um dos primeiros veículos impressos a divulgar essas informações. No governo Jango, por exemplo, inicialmente foi tolerante, porém, alguns meses depois, enrijeceu sua postura agressiva com o intuito de tirá-lo do poder.

Concluimos através da análise principal do trabalho – as capas do O Globo –, que o discurso do jornal tendeu inúmeras vezes a favor dos militares, exaltando o golpe e induzindo em seus leitores graus de comoção, reconstruindo a realidade nacional.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Editora: Vozes. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. **Ato Institucional nº1**, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originária da revolução Vitoriosa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em 11 abr. 2016.

COSTA, Edwaldo. **Meia Culpa – O Globo e a ditadura militar**. Editora: Insular. Florianópolis, 2015.

COSTA, Maria Cristina Castilho (Org.). **A censura em debate**. ECA/SP. São Paulo, 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/13.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2016. br.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “1964: temporalidades e interpretações”. In: AARÃO REIS, Daniel Aarão et ali (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

MEMÓRIAS DA DITADURA. 2016. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

O GLOBO. **Memória Digital do Jornal**. Disponível em: < <http://memoria.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

PARREIRA, Míriam Silveira. **Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal**. 2006. 223f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: < <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/2269/1/EstudoUsoOperadores.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2016.

PELLEGRINI, Tânia; FERREIRA, Mariana. **Português: Palavra e Arte**. São Paulo: Atual, 1998.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. **Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v.43, n.1, Junho 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1a04.pdf>>. Acesso em 5 abr. 2016.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. **História da televisão no Brasil do início aos dias de hoje**. Editora: Contexto. São Paulo, 2010.

SÁ, Israel de. **Quem te viu, que te vê: a memória da ditadura brasileira entre o dizer e o silêncio**. Eutomia Revista de Literatura e Linguística, Recife, v.9, p.479-491, 2012. Disponível em: < <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/issue/archive>>. Acesso em 1 abr. 2016.

UOL. **Hino da Copa de 70, "Pra Frente, Brasil" é imbatível como tema do Mundial**. Disponível em: < <http://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/03/hino-da-copa-de-70-pra-frente-brasil-segue-imbatiavel-em-tema-do-mundial.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985 a democracia golpeada à esquerda e à direita**. Editora Leya, 2014.